



Os problemas que afetam os trabalhadores e o funcionamento da AIMA têm de ter resposta política urgente

Depois de muita insistência, a Federação finalmente foi recebida pelo Secretário de Estado Adjunto da Presidência (SEaP). Na reunião do passado dia 06 de novembro apresentámos à tutela as reivindicações e as propostas efetuadas nos plenários nacionais de trabalhadores e os problemas de funcionamento que, mantendo-se sem solução, vão continuar a agravar o funcionamento da Agência e os direitos dos trabalhadores e utentes, entregando o documento ao SEaP.

Apesar de assumir que não podem estar sempre a usar as mesmas justificações, o SEaP lamentou-se da lentidão da resolução dos problemas, culpando a ação do anterior governo do PS e afirmando que *não podem fazer tudo ao mesmo tempo, mas estão a trabalhar para tentar resolver os problemas...*

FALTA DE TRABALHADORES

Reafirmámos a urgência de dotar o mapa de pessoal da Agência com o número de trabalhadores de todas as carreiras e categorias que responda às necessidades efetivas, incluindo técnicos especializados, tradutores, assistentes sociais e psicólogos. Exigência que mereceu a acordo do Presidente da AIMA.

O SEaP concordou com a preocupação por nós manifestada com a falta de pessoal e informou que considera que o mapa de pessoal da AIMA tem de ter cerca 1300 trabalhadores para responder às necessidades. E confirmou que há 78 vagas para a AIMA no Recrutamento Centralizado.

INTEGRAÇÃO DOS MEDIADORES SÓCIO-CULTURAIS NA AIMA

A Federação reafirmou a proposta, já apresentada ao assessor do SEaP e ao Presidente do CD da AIMA, de integração de todos os mediadores socioculturais, nomeadamente os que estão a exercer funções técnicas de necessidade permanente da AIMA, através de um procedimento concursal para o efeito e à semelhança do PREVPAP, pondo-se fim à subcontratação através de IPSS e ONG.

O SEaP não se comprometeu com esta proposta, de contrário apresentou a ideia de que a integração destes trabalhadores deve ser precedida de uma avaliação, caso a caso, para se apurar se têm as competências necessárias para a nova Agência...

Considerando esta solução inaceitável, fizemos saber que descartamos qualquer tentativa de fugir à responsabilidade das ilegalidades cometidas e feitas em nome do Estado e reafirmámos a nossa proposta.

Os trabalhadores que estão há anos a trabalhar no ex-ACM e ex-SEF, que sempre serviram as competências e respostas aos objetivos dos serviços, não podem agora vir a ser descartados.

FIXAÇÃO DOS TRABALHADORES À AIMA

Tendo em consideração as características dos serviços prestados pela AIMA e seu objeto, considerámos ser importante a tomada de medidas que potenciem a permanência dos seus trabalhadores na Agência. Neste sentido, defendemos que seja atribuído um subsídio de ónus de função.

A Federação voltou a manifestar-se contra a implementação de prémios de produtividade, como solução para esta questão.

Sobre esta proposta, o SEaP não apresentou qualquer solução, apesar de afirmar que considera importante haver estímulo para a fixação dos trabalhadores na Agência.

ORGANIZAÇÃO/ FUNCIONAMENTO

Com a mudança do Conselho Diretivo da AIMA foram criadas expectativas nos trabalhadores na resolução dos problemas que diariamente afetam o funcionamento da Agência. No entanto, apesar de se notarem algumas mudanças positivas, os problemas identificados e já apresentados na reunião com o Presidente mantêm-se e é preciso celeridade na sua resolução.

Mantém-se a inexistência de instrumentos de gestão obrigatórios, como o regulamento interno de funcionamento e de horários de trabalho e um manual de procedimentos, que clarifique a tramitação de procedimentos e os canais de ligação entre cada Direção/Serviço/Departamento/Unidade.

A Federação venceu que existem regulamentos que são obrigatórios porque são o garante de que as orientações internas, com o crivo do Conselho Diretivo, são para cumprir por todos os trabalhadores.

Afirmando que não há condições para fazer tudo de uma vez, o SEaP comprometeu-se a trabalhar com o Conselho Diretivo sobre o assunto.

GRAVE DEFICIT DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Porque os trabalhadores continuam a receber informação e orientações por vias informais, como seja através de grupos criados na aplicação multiplataforma *WhatsApp*, ou avulso por correio eletrónico, a Federação apresentou a necessidade urgente de implementação da rede interna de comunicações (intranet), criando-se a otimização de processos e acesso geral da informação e orientações produzidas, como forma de garantir que todos os trabalhadores, em cada Direção/Serviços/Departamento/Unidade da Agência, tenham o mesmo nível de informação.

Sem que esteja em causa a necessidade urgente de formação aos trabalhadores, consideramos, ainda, que a criação da rede interna pode ter um papel formativo na adaptação a novos procedimentos práticos que sejam implementados.

Assumindo que desconhecia a situação, o SEaP comprometeu-se, mais uma vez, a tomar as necessárias medidas para concretizar a proposta da nossa Federação.

SISTEMA INFORMÁTICO

Reafirmámos que o parque informático da AIMA está obsoleto e os vários sistemas operativos, oriundos dos organismos extintos, continuam a gerar total bloqueio no desenvolvimento normal do trabalho. Reafirmámos que é necessária a celeridade da resolução destes problemas, já identificados muito antes da criação da AIMA.

Com conhecimento da situação, mas sem referir quaisquer prazos, nem previsão de quando, o SEaP informou que estão a ser tomadas medidas que passam pela integração das plataformas informáticas que a AIMA herdou do ex-ACM e do ex-SEF.

FUNCIONAMENTO DAS LOJAS

Denunciámos que é urgente tomar medidas para garantir o bom funcionamento das lojas, ao nível da formação e da sua gestão.

Sabendo que, das 34 lojas existentes, só 12 lojas têm Coordenadores de Unidade de Apoio à Gestão de Loja nomeados e remunerados como cargo de direção intermédia de 3.º grau, e que as restantes estão a ser efetivamente geridas por trabalhadores designados para assumirem tais funções/responsabilidades, denominados como *orientadores*, sem que sejam nomeados, nem estejam a ser devidamente remunerados, a Federação afirmou que cada loja deve ter nomeação de coordenação. Não só pelo facto de os designados *orientadores* estarem em efetivo exercício de funções de coordenação de loja, sem apoio e a responderem às solicitações diárias, como pela urgente necessidade de reorganização que garanta o mesmo nível de informação, de procedimentos e de um atendimento de qualidade em todas as lojas.

Sobre este tema, o SEaP não deu qualquer resposta, limitando-se a referir as condições físicas de algumas das lojas e a necessidade de correção destas situações, dando o exemplo da Loja 1. A Federação considerou que as medidas tomadas não melhoraram o atendimento do público nem a dignidade profissional.

ESTRUTURA DE MISSÃO

A Federação manifestou preocupação pela forma como os muitos trabalhadores da AIMA foram – e estão a ser –, convidados para integrarem a equipa da Estrutura, considerando que se confirma, mais uma vez, a ausência de capacidade de direção.

Sem tecer comentários, o SEaP informou que está a acompanhar o desenvolvimento do trabalho da Estrutura de Missão.

OUTROS ASSUNTOS

Avaliação do desempenho

Sabendo que ainda não está concluso o processo avaliativo do biénio 2021/2022 e que não foram contratualizados objetivos no biénio 2023/2024, alertámos para a garantia do cumprimento das normas legais da avaliação, para evitar atrasos na sua execução, considerando as novas regras, sendo intolerável que os trabalhadores sejam prejudicados.

Abono para Falhas

Defendemos que este abono deve ser pago, nos termos da Lei, a todos os que a ele tenham direito, propusemos que seja feito um levantamento para o efeito.

O SEaP tomou nota, mas não teceu qualquer consideração, mantendo assim a Federação estas reivindicações junto do Presidente da AIMA.

Revisão de Protocolos / Mediadores

A Federação apresentou a urgente necessidade de revisão e atualização dos montantes contratualizados por via dos protocolos com as IPSS e ONG que verdadeiramente promova a atualização salarial dos Mediadores, cumprindo os diferenciais relativos atualmente existentes entre estes e os do regime público.

Da supressão arbitrária de direitos

Denunciámos as decisões arbitrárias da extinção do suplemento de fixação de zonas de periferia aos trabalhadores das regiões autónomas e ao processo em curso de pedido de devolução de salário aos ex-militares integrados ainda nos organismos extintos.

O SEaP afirmou desconhecer tais situações e comprometeu-se a diligenciar para apurar a legitimidade dos atos.

A Federação repetiu o que tem dito em todas as reuniões: **a situação da AIMA resulta das políticas erradas de vários governos e, sem mais delongas, é importante e urgente que este governo assumas as suas responsabilidades**, tomando todas as medidas políticas necessárias para responder aos problemas expostos pela Federação, para que seja posto fim ao atropelo aos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

**SÓ ASSIM É QUE A AIMA
PODE CUMPRIR A SUA MISSÃO E OBJETIVOS.**

O aviso prévio de greve ao trabalho suplementar está em vigor até 31/12/2024

**A UNIDADE DOS TRABALHADORES IMPÕE-SE!
NÃO NOS CALAMOS! CONTACTA O TEU SINDICATO!**

Mantém-te informado!
SINDICALIZA-TE

FPSNACIONAL.PT

